

Preços Administrados

Informações até maio de 2016



Série Perguntas Mais Frequentes



Série “Perguntas Mais Frequentes”

Banco Central do Brasil

1. Juros e *Spread* Bancário
2. Índices de Preços no Brasil
3. Comitê de Política Monetária (Copom)
4. Indicadores Fiscais
5. **Preços Administrados**
6. Títulos Públicos e Gestão da Dívida Mobiliária
7. Sistema de Pagamentos Brasileiro
8. Contas Externas
9. Risco-País
10. Regime de Metas para a Inflação no Brasil
11. Funções do Banco Central do Brasil
12. Depósitos Compulsórios
13. Sistema Expectativas de Mercado

Diretor de Política Econômica

Carlos Viana de Carvalho

Equipe

André Barbosa Coutinho Marques

Carolina Freitas Pereira Mayrink

Henrique de Godoy Moreira e Costa

Luciana Valle Rosa Roppa

Luiza Betina Petroll Rodrigues

Manuela Moreira de Souza

Maria Cláudia Gomes P. S. Gutierrez

Márcio Magalhães Janot

Coordenação

Renato Jansson Rosek

Elaboração e editoração

Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos

Especiais (Gerin)

Brasília, DF

Este fascículo faz parte do Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil.

Preços Administrados¹

Este texto integra a série Perguntas Mais Frequentes (PMF), editada pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) do Banco Central do Brasil (BCB), que aborda temas econômicos de interesse de investidores e do público em geral.

Com essa iniciativa, o BCB vem prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos, buscando reforçar a transparência na condução da política econômica e a eficácia na comunicação de suas ações.

¹ O Gerin agradece as colaborações do Departamento Econômico (Depec) e do Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep) do BCB, além da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), fundamentais para a edição deste material.

Sumário

Visão Geral	5
1. O que são os chamados preços administrados?	5
2. Quais os pesos dos preços administrados (agregados e individualmente) no IPCA?	6
Reajuste de Preços Administrados	7
3. Como os preços dos derivados de petróleo são determinados?.....	7
4. Como são reajustados os preços dos serviços telefônicos?	8
5. Como são reajustados os preços de energia elétrica?.....	9
6. Quais as razões para as fortes oscilações dos preços da energia elétrica nos últimos anos?	10
7. Como os demais preços administrados são determinados?	10
Evolução dos Preços Administrados e Política Monetária	11
8. Como os preços administrados evoluíram nos últimos anos?.....	11
9. Quais as implicações do aumento dos preços administrados para a política monetária e para o regime de metas para a inflação?	13
Mais Informações sobre Preços Administrados	13
10. Onde posso encontrar informações adicionais sobre os preços administrados?.....	13
11. Onde posso encontrar dados sobre preços administrados?.....	14



Preços Administrados

Visão Geral

1. O que são os chamados preços administrados?

No Brasil, o termo “preços administrados por contrato e monitorados” – doravante simplesmente preços administrados – refere-se aos preços que são menos sensíveis às condições de oferta e de demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público. Como esses contratos preveem, muitas vezes, reajustes de acordo com a inflação passada, pode-se afirmar que essa indexação parcial à inflação ocorrida torna esses preços efetivamente “dependentes do passado” e pouco sensíveis ao ciclo econômico.

Os bens e serviços cujos preços são administrados incluem, entre outros, impostos e taxas, serviços de utilidade pública cujas tarifas são reguladas ou autorizadas pelo poder público (como energia elétrica, planos de saúde e pedágio) e derivados do petróleo². É importante salientar que nem todos os preços administrados são captados por índices de preços. Os preços de cartório, por exemplo, não são mais captados pelo IPCA do IBGE³.

Os preços dos produtos derivados de petróleo foram desregulamentados em 2002, mas ainda estão incluídos no grupo de preços administrados porque são estabelecidos pela Petrobrás, que possui um “quase-monopólio” sobre a produção doméstica e a distribuição no atacado.

Diferentes índices de preços medem a variação dos itens administrados. Para saber mais sobre índice de preços, consulte o [PMF 2 – Índice de Preços no Brasil](#).

² Fonte: [FIGUEIREDO e FERREIRA, 2002](#).

³ O IBGE redefine de tempos em tempos a cesta de produtos que compõe o IPCA.

2. Quais os pesos dos preços administrados (agregados e individualmente) no IPCA?

Atualmente, 23 bens e serviços da cesta do IPCA são classificados como preços administrados. Estes 23 itens incluem serviços públicos, bens produzidos por empresas públicas, impostos e tarifas pagos às três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

A Tabela 1 apresenta a lista completa desses itens e seus respectivos pesos no IPCA.

Tabela 1 - Itens Classificados Como Preços Administrados no IPCA

Regulação em nível		Produto derivado de combustível fóssil	Categoria e item do IPCA	Peso no IPCA (%) (mai/2016)	Peso nos preços administrados (%) (mai/2016)
Federal	Estadual ou municipal				
			Habitação	6,32	26,20
X			Energia Elétrica Residencial	3,62	15,01
	X		Taxa de Água e Esgoto	1,46	6,05
X		X	Gás de botijão	1,17	4,85
	X	X	Gás Encanado (RJ e SP)	0,07	0,29
			Saúde e Cuidados Pessoais	6,70	27,80
X			Plano de Saúde	3,35	13,91
X			Produtos Farmacêuticos	3,35	13,89
X			Serviços Pessoais: Jogos de Azar	0,48	2,00
			Transporte	9,50	39,44
	X		Ônibus Urbano	2,69	11,16
	X		Ônibus Intermunicipal	0,74	3,08
X			Ônibus Interestadual	0,25	1,02
	X		Trem	0,06	0,24
	X		Metrô	0,07	0,28
X			Barco	0,01	0,03
	X		Táxi	0,37	1,54
	X		Multa	0,03	0,13
	X		Emplacamento e licença	0,85	3,53
	X		Pedágio	0,11	0,44
X		X	Gasolina	4,07	16,90
X		X	Óleo Diesel	0,15	0,61
X		X	Gás Veicular	0,11	0,46
			Comunicação	1,10	4,55
X			Telefone Fixo	0,99	4,09
X			Telefone Público	0,10	0,41
X			Correio	0,01	0,05
Total dos preços administrados				24,10	100,00

Fontes: [Relatório de Inflação do BCB](#), Dezembro de 2011; [IBGE](#); e [Alves et al \(2013\)](#). A tabela reflete a composição da série SGS 4449 do BCB a partir de janeiro de 2012. De julho de 2006 a dezembro de 2011 (inclusive), outros quatro itens estavam na composição dessa série: "ferry boat", "passagem aérea", "óleo lubrificante" e "telefone celular".

O conjunto de preços administrados representava 24,10% do IPCA em maio de 2016, refletindo a importância desses bens e serviços na cesta dos consumidores com renda entre um e quarenta salários mínimos. Em termos de peso no IPCA, os itens monitorados concentram-se nas categorias Transporte (9,50%) e Saúde e Cuidados Pessoais (6,70%).

A composição apresentada na Tabela 1 sofreu alterações ao longo do tempo, devido, em grande parte, à própria mudança da composição do IPCA. Por exemplo, o [Comitê de Política Monetária \(Copom\)](#) retirou os itens “carvão vegetal”, “empregados domésticos” e “transporte escolar” dessa classificação em novembro de 2002⁴ e, em fevereiro de 2006, o item “álcool”. Os itens “ferry boat”, “óleo lubrificante”, “passagem aérea” e “telefone celular” deixaram de ser considerados como monitorados em janeiro de 2012.

Para saber mais sobre o IPCA, consulte o [PMF 2 – Índice de Preços no Brasil](#).

Para saber mais sobre o Comitê de Política Monetária, consulte o [FAQ 3 – Comitê de Política Monetária \(Copom\)](#)

Reajuste de Preços Administrados

3. Como os preços dos derivados de petróleo são determinados?

Como explicado na pergunta 1, os preços dos derivados de petróleo no atacado (gasolina, diesel, gás de cozinha) são determinados pela Petrobras.

Os preços de comercialização da gasolina A⁵ e do óleo diesel A⁶ praticados nas unidades produtoras no Brasil estiveram, de 2011 a 2015, inferiores às suas respectivas referências no mercado internacional. Esta situação se inverteu ao final de 2014⁷, como mostra o Gráfico 1, tanto pela queda dos preços internacionais quanto pelo reajuste dos preços domésticos.

Os preços domésticos podem, por isso, acompanhar ou não o preço internacional, como mostra o gráfico 1.

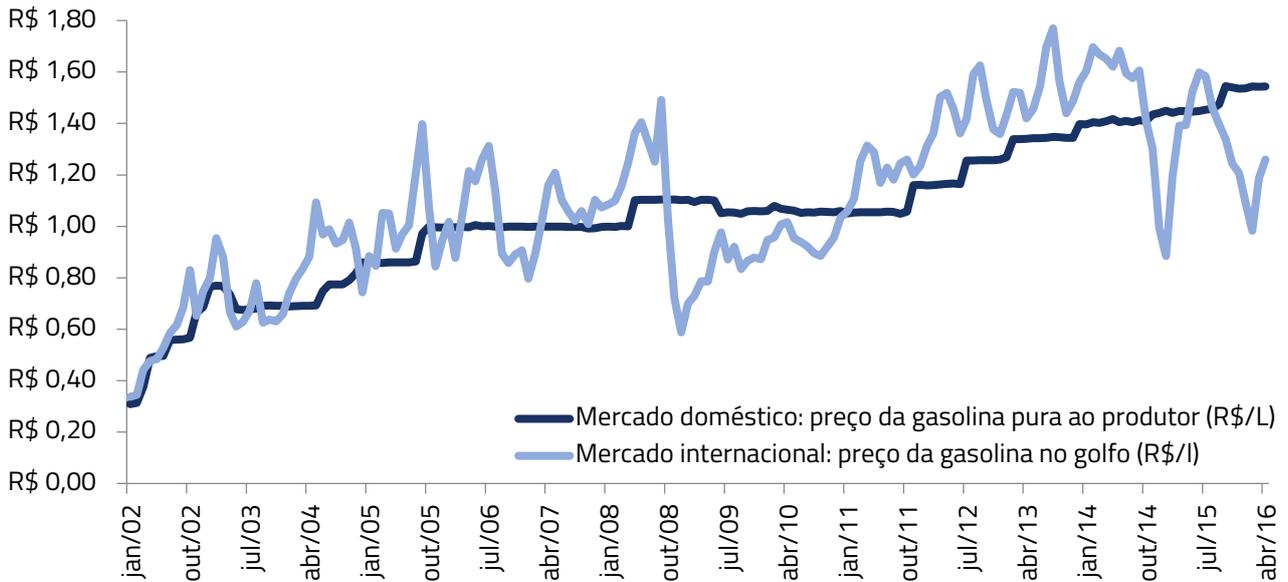
⁴ Veja, a esse respeito, a [78ª ata do Copom](#), de novembro de 2002, seção “Avaliação Prospectiva das Tendências de Inflação”

⁵ Gasolina pura, sem etanol anidro. A gasolina C, adquirida pelo consumidor, resulta da mistura da Gasolina A com o etanol Anidro. Fonte: [Petrobras](#).

⁶ Diesel puro, sem adição de biodiesel. Fonte: [ANP](#).

⁷ Fonte: ANP. [Boletim Anual de Preços de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis nos Mercados Nacional e Internacional - 2015](#).

Gráfico 1 – Preços de Gasolina (até Abril de 2016)



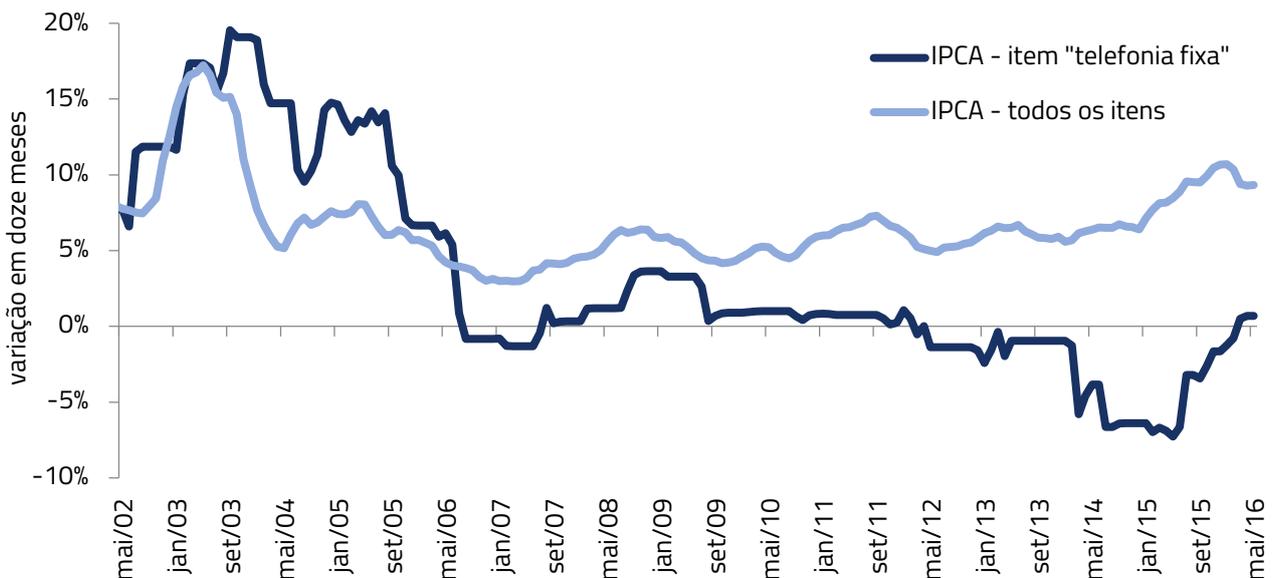
Fontes: Elaborado por Gerin, com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e [EIA](#).

4. Como são reajustados os preços dos serviços telefônicos?

Os preços dos serviços telefônicos são regulados por contratos de concessão preestabelecidos entre o governo federal e as empresas que fornecem esses serviços para os consumidores. A definição dos percentuais de reajuste das tarifas de telefonia fixa é de competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O Gráfico 2 mostra a variação dos preços de serviços telefônicos no IPCA desde 2002.

Gráfico 2 – IPCA X IPCA Telefonia Fixa (até Maio de 2016)



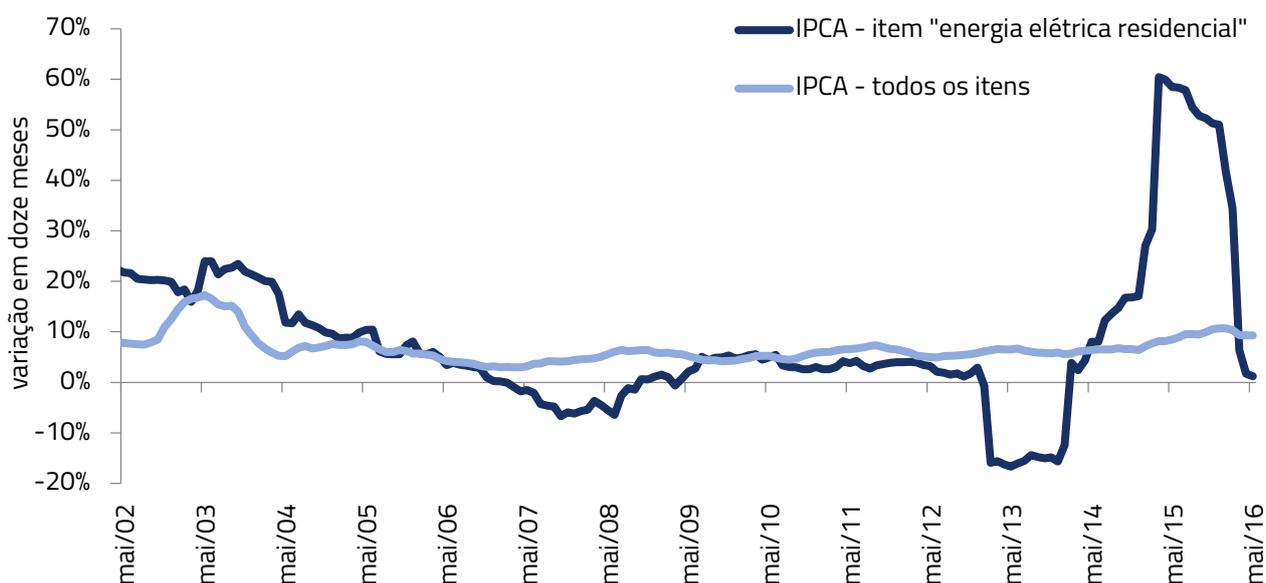
Fonte: IBGE. As séries temporais também podem ser obtidas no [website do BCB](#) (SGS 433 e SGS 4463).

Desde 2006, o cálculo do reajuste utiliza o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), que é um índice de custo setorial baseado em diversos indicadores de preços, sendo que o IPCA e o "IPA - Máquinas e equipamentos industriais" representam 80% do índice. O reajuste leva ainda em conta um fator de produtividade e um fator de amortecimento, esse último utilizado para atenuar variações do IST maiores que 10%.

5. Como são reajustados os preços de energia elétrica?

Assim como ocorre com os preços dos serviços telefônicos (ver pergunta 4), os preços da energia elétrica também são regulados por contratos de concessão preestabelecidos entre o governo federal e as empresas que fornecem esses serviços para os consumidores.

Gráfico 3 – IPCA X IPCA Energia Elétrica Residencial (até Maio de 2016)



Fonte: Fonte: IBGE. As séries temporais também podem ser obtidas no [website do BCB](#) (SGS 433 e SGS 4453).

Os contratos de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica são regulados pela [Agência Nacional de Energia Elétrica](#) (Aneel). O principal mecanismo de atualização das tarifas é o reajuste tarifário anual, que tem o objetivo de recompor o poder de compra das receitas das distribuidoras. As receitas das empresas são divididas em custos não gerenciáveis (Parcela A) e custos gerenciáveis (Parcela B).

Na parcela A, estão os encargos setoriais e as compras de energia. Relativamente aos encargos setoriais, a Aneel publica resolução específica ao final de cada ano, fixando as cotas anuais que devem ser pagas pelos agentes ao longo do próximo ano. Já as compras de energia dependem das condições de oferta e demanda de energia, da atualização de contratos de médio e longo prazo (geralmente pelo IPCA) e, no caso da tarifa de Itaipu, da taxa de câmbio.

Os custos gerenciáveis (Parcela B) são compostos por:

- despesas de operação e manutenção,

- remuneração do capital,
- cota de depreciação,
- despesas com investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética⁸ e
- despesas com o PIS/COFINS.

Os itens da Parcela B são corrigidos pela variação do IGP-M observada nos 12 meses anteriores, descontando-se um fator de produtividade.

6. Quais as razões para as fortes oscilações dos preços da energia elétrica nos últimos anos?

Em 2013, a redução nas tarifas de energia elétrica (-15,65% no IPCA, como ilustrado no Gráfico 3) repercutiu, principalmente, os efeitos da prorrogação de concessões de geração de energia hidrelétrica e da redução de encargos setoriais, no contexto da [Lei nº 12.783/2013](#).

A alta desses preços em 2014 (17,06% no IPCA), por sua vez, esteve relacionada à escassez de chuvas em diversas regiões do país, que reduziu o nível dos reservatórios, exigindo o aumento da produção de energia termoeleétrica, que apresenta maior custo de geração.

Em 2015 ocorreram aumentos ainda maiores que no ano anterior (50,99% no IPCA), refletindo:

- início da vigência do sistema de bandeiras tarifárias com aplicação da bandeira vermelha;
- necessidade de cobrir despesas do setor elétrico atreladas à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE);
- aumento da tarifa referente à energia gerada em Itaipu (em parte, por conta da depreciação cambial); e
- início do pagamento dos empréstimos tomados pelas distribuidoras de energia junto a um consórcio de bancos em 2014 e 2015.

Nos primeiros meses de 2016, o descarte das elevadas taxas registradas nos meses correspondentes do ano anterior e a mudança da bandeira tarifária (de vermelha para a verde) favoreceram o recuo da variação em doze meses dos preços de energia no IPCA.

7. Como os demais preços administrados são determinados?

Para os demais preços administrados, a periodicidade e a magnitude dos reajustes dependem do marco regulatório em que se inserem. Na prática, a inflação passada tem papel fundamental na determinação desses reajustes.

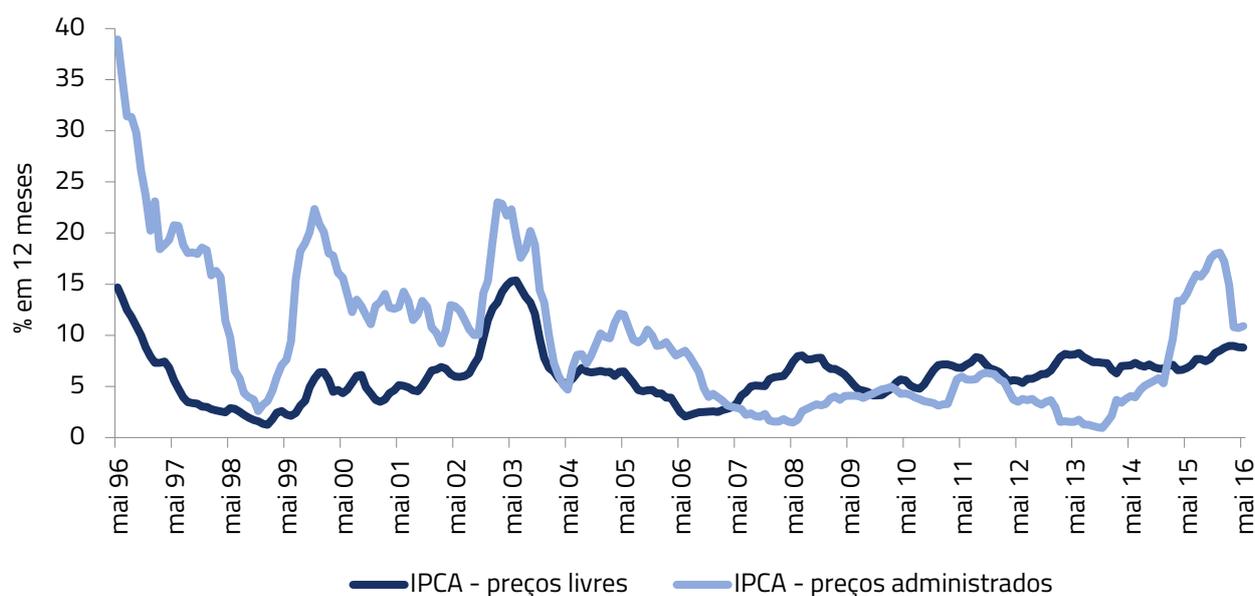
⁸ Saiba mais [aqui](#).

Evolução dos Preços Administrados e Política Monetária

8. Como os preços administrados evoluíram nos últimos anos?

De janeiro de 1995 a maio de 2016, o conjunto dos preços administrados do IPCA avançou 664,1%, enquanto o conjunto dos preços livres aumentou 301,3%. Entre os preços administrados que mais subiram, destacam-se os preços de gás de botijão (1257,8%) e plano de saúde (820,4%).

Gráfico 4 - IPCA: Preços Livres⁹ e Administrados¹⁰ (Até Maio de 2016)



Fontes: BCB e IBGE.

No período mais recente, de janeiro de 2015 a maio de 2016, a inflação dos preços administrados (19,7%) também foi maior que a inflação dos preços livres (12,0%). Esse comportamento foi o contrário do que ocorreu nos anos imediatamente anteriores (2012 a 2014) -, refletindo um realinhamento daquela em relação a esta¹¹. A Tabela 2 compara a variação anual média de diferentes preços administrados ao longo do tempo.

⁹ SGS 11428

¹⁰ SGS 4449

¹¹ Veja, a esse respeito, a [carta aberta do Presidente do BCB ao Ministro da Fazenda](#), de 8 de janeiro de 2016.

9. Quais as implicações do aumento dos preços administrados para a política monetária e para o regime de metas para a inflação?

O elevado peso dos preços indexados à inflação passada na composição dos índices de preços dificulta a ação da política monetária sobre o nível de preços.

A inflação dos preços administrados é mais persistente do que a inflação dos preços livres, o que aumenta a inércia inflacionária geral. Além disso, a elasticidade dos preços administrados em relação às mudanças na política monetária é muito menor.

Na formulação e na implementação da política monetária, o Copom leva em consideração explicitamente o comportamento e os efeitos inerciais dos preços administrados, reagindo do mesmo modo que com outros choques de oferta. Especificamente, a autoridade monetária não tenta reverter o choque primário de preços, mas procura acomodar os efeitos primários do aumento de preços, enquanto neutraliza os efeitos secundários¹² do choque na taxa de inflação.

Observe-se que o Banco Central não tenta neutralizar, a qualquer custo, os efeitos secundários do choque de preços. Pelo contrário, leva em consideração o tamanho do choque e os seus efeitos em termos de atividade econômica na sua decisão de política monetária.

Mais Informações sobre Preços Administrados

10. Onde posso encontrar informações adicionais sobre os preços administrados?

A página do BCB na internet dispõe de diversos estudos e textos que abordam as características e especificidades dos preços administrados e seu impacto sobre a política monetária, apresentados abaixo.

Notas Técnicas

[22 - Metodologia de Cálculo da Inércia Inflacionária e dos Efeitos do Choque dos Preços Administrados](#)

Paulo Springer de Freitas, André Minella e Gil Riella (julho/2002)

[24 - Inflation Targeting in Brazil: Shocks, Backward Looking Prices, and IMF Conditionality](#) (em inglês)

Joel Bogdanski, Paulo Springer de Freitas, Ilan Goldfajn e Alexandre Tombini (agosto/2001)

¹² Boa parte dos itens que compõem os preços administrados, como energia e combustíveis, são insumos na produção e provisão de outros bens e serviços. Desta forma, aumentos desses preços tendem a ter impacto nos preços ao longo da cadeia produtiva e de distribuição. Esses são os efeitos secundários dos aumentos dos preços administrados. Ressalte-se que a existência e a magnitude dos efeitos secundários vão depender do grau de ociosidade da economia.

Trabalhos para Discussão

[59 - Os Preços Administrados e a Inflação no Brasil](#)

Francisco Figueiredo e Thaís Porto Ferreira (dezembro/2002)

[305 - Preços Administrados: Projeção e Repasse Cambial](#)

Paulo Roberto Sampaio Alves, Francisco Marcos Rodrigues Figueiredo, Antonio Negromonte Nascimento Júnior e Leonardo Pio Perez (março/2013)

Preços Administrados e Política Monetária

[Relatório de Inflação Dezembro 2002](#), pp. 125-128

11. Onde posso encontrar dados sobre preços administrados?

Dados para preços administrados atualizados mensalmente, incluindo os principais itens, podem ser encontrados nas [séries temporais disponíveis na página do BCB na internet](#).

O BCB também disponibiliza [planilhas em Excel com os principais indicadores econômicos](#). A evolução dos preços administrados encontra-se no Capítulo I – Conjuntura Econômica.